

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE DE UM NOVO CAMPO NO PAÍS

PUBLIC SOCIAL ASSISTANCE POLICIES: ANALYSIS OF A NEW COUNTRY FIELD

2: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Augusto Cesare de Campos Soares, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, accsoares@uem.br
Anna Júlia Mialichi, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, annajumialichi@outlook.com
Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, m_kerla@yahoo.com.br
Larissa De Oliveira Barbosa, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, la-barbosa@hotmail.com
Iasmini Magnes Turci Borges, Autônoma, Brasil, iasminiborges@gmail.com

Resumo

A referida pesquisa científica tem como principal finalidade analisar e discutir sobre as políticas públicas de assistência social no país, assunto que, por sua vez, não é tão comentado, nem divulgado e desconhecido por uma quantidade significativa de indivíduos, contudo, tem-se por ser um assunto em certa maneira recente no país, sendo uma pesquisa baseada em diversos autores especializados neste campo com uma literatura rica no assunto para fácil compreensão de todos. Como objetivo principal da pesquisa é analisar e descrever, como este assunto está implantado na sociedade, o quanto o cidadão entende e conhece sobre políticas públicas com intuito de informá-lo sobre seus direitos frente à mesma, deixando-o mais informado e por dentro das políticas públicas, colocando o indivíduo ao entendimento de leis que abrange tanto as políticas públicas quanto a assistência social em si, com base em uma pesquisa explicativa, onde se explica a razão e porquê dos fenômenos, de cunho qualitativo originando o estudo dos fundamentos da políticas públicas. Na coleta de dados que foi realizada por meio de um questionário designado á indivíduos distintos de idades e gêneros, a fim de analisar o nível de conhecimento da população sobre o tema, que de certa forma, houve certo equilíbrio ao resultado do questionário, ou algo que já era esperado.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Assistência Social; Sociedade; Conhecimento.

Abstract

The main purpose of this scientific research is to analyze and discuss about the public policies of social assistance in the country, a subject that, in turn, is not so commented, disclosed and unknown by a significant amount of individuals, however, it has to be a somewhat recent subject in the country, being a research based on several authors specializing in this field with a literature rich in the subject for easy understanding by all. The main objective of the research is to analyze and describe, how this subject is implanted in society, how much the citizen understands and knows about public policies in order to inform him about his rights in front of it, making him more informed and inside. public policies, putting the individual to the understanding of laws that encompasses both public policies and social assistance itself, based on an explanatory research, which explains the reason and why the phenomena, of qualitative nature originating the study of the fundamentals of policies. public In the data collection that was carried out through a questionnaire designed to individuals of different ages and genders, in order to analyze the level of knowledge of the population on the subject, which, in a way, there was a certain balance to the result of the questionnaire, or something that was expected.

Keywords: Public policy; Social Assistance; Society; Knowledge.

1. INTRODUÇÃO

Políticas sociais são utilizadas pelo Estado, na busca ao atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, como forma de intervenção, são condicionadas pelo contexto histórico presente e seu surgimento, ou seja, a formação e o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, encontra em sua estrutura, um condicionamento exercido pelas características políticas e econômicas do país. Neste âmbito, o processo de construção da Política de Assistência Social brasileira, por um longo período de tempo, girou em torno de ações voluntárias e em geral, exercidas fora do âmbito da esfera pública. Porém, a partir do final da década de oitenta, com a inclusão do item na Constituição Federal, o assunto ganhou um lugar na agenda estatal, se tornando ponto de várias ações que buscavam sua organização e direcionamento (Barbosa, 2016).

Em seu contexto e trajetória histórica, a sociedade brasileira concebeu a Assistência Social como sendo um dever moral, tendo como base o mérito individual, e ainda vista sob lentes de perspectivas do supérfluo e das sobras, muito longe da concepção de política social, certificadora de direitos, conduzindo desta forma o desenvolvimento de políticas sociais com características compensatórias, residuais, e de caráter emergencial (Lajús, 2009).

Segundo Sposati (2011), as políticas sociais públicas no âmbito da América Latina no século XXI apresenta um grande desafio duplo, é necessário superar as heranças do século XX e ainda confrontar as desigualdades sociais e econômicas buscando maneiras de garantir a universalidade e a equidade de direitos humanos e sociais. Ainda segundo o autor, pode-se considerar como sendo um dos maiores desafios do século XXI, a busca por reposicionar o lugar das políticas sociais como forma de enfrentamento das desigualdades sem se transformar em paliativos à pobreza, gerando atenções de segunda categoria.

Tratando-se de políticas públicas, desperta-se a curiosidade de pesquisa de como a mesma têm um impacto na vida dos cidadãos, principalmente no ramo da assistência social. A partir daí, surge a busca por como as assistências sociais tem ajudado muitos brasileiros a sair da miséria, que para Silva (2002) trata-se de um modo de seguridade social onde é ofertado uma forma de existência digna oferecendo atendimentos as necessidades básicas.

Afinal, qual é o verdadeiro papel das políticas públicas? Ao se deparar com perguntas deste cunho, é muito grande o número de pessoas nas quais não estão cientes da importância e a relevância das políticas públicas no país. Neste contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o nível de conhecimento que a população tem sobre políticas públicas com enfoque principal na área de assistência social?

Esta pesquisa foi realizada com o intuito de obter uma visão geral do assunto e dar um ponto de partida para futuras pesquisas acerca do tema abordado, sendo a análise realizada apenas de forma puramente descritiva. Entender sobre as políticas públicas de assistências sociais se torna muito importante para que pessoas com conhecimento, leve até os que precisam, a importância do assunto. Ainda, através da ampliação das assistências sociais no Brasil, foi implantada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), muitos brasileiros ainda não possuem conhecimento do assunto, não conhecem a então lei citada por falta de divulgação e exploração do assunto, de forma, que cheguem aos menos favorecidos, com informações claras, tudo aquilo que podem ter por direito.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto de fundação da área sobre políticas públicas, tem-se quatro importantes fundadores, podendo ser considerados como “pais” dessa área, sendo eles: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Neste contexto, Laswell (1936) introduziu “a expressão *policy analysis* (análise de políticas públicas) como uma forma de conciliar conhecimento acadêmico com a produção dos governos, trazendo também uma forma de diálogo e conexão entre

cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (Souza, 2006, p.23). A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Não existe ainda um consenso na literatura sobre o conceito ou definição de Políticas Públicas, por este ser ainda um campo recente da ciência política. Em geral, entende-se Políticas Públicas como sendo um instrumento ou conjunto de ação do Governo (Souza, 2006), uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público (Secchi, 2012) ou um “[...] conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (Rua, 1998, p. 731).

Souza (2006) conduz suas informações afirmando que “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (Souza, 2006, p. 25). Para que políticas públicas transformem a sociedade, é necessário políticos com capacidade para avaliar e diagnosticar a verdadeira realidade dos cidadãos, assim como as condições sociais, políticas e econômicas, fazendo assim de forma democrática uma boa negociação e um bom diálogo entre todas as partes integrantes da atuação governamental “tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo” (Rodrigues, 2011, p. 25).

Lambertucci (2009) prega a importância da sociedade na elaboração de políticas públicas, o autor apresenta que a participação social deve ser considerada como um elemento significativo de gestão e “componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas” (Lambertucci, 2009, p. 74).

A Constituição Federal de 1988 abriu espaço para práticas participativas nas políticas públicas, podendo citar algumas áreas de forma particular, como na saúde, assistência social, políticas urbanas e meio ambiente (Avritzer, 2009). Tal participação pode ocorrer de diversas formas, seja através de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (Brasil, 2015, art. 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29. Incisos XII e XIII), seja através da participação na gestão das políticas de seguridade social (art. 194), de assistência social (art. 204) ou dos programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (art. 227).

Rodrigues (2011, p. 78) ressalta o desafio enfrentado pelos gestores de políticas públicas:

Jogar o jogo da política democrática, ética, e da justiça social é o desafio que os gestores de políticas públicas têm de enfrentar para planejar, administrar e extrair recursos e formatar políticas redistributivas que busquem promover sociedades mais iguais e mais livres, num contextomundial de profundas mudanças econômicas, demográficas e ideológicas.

Ainda neste contexto, Souza (2006) apresenta a importância do reflexo das políticas públicas na economia e na sociedade. Neste contexto que surge, segundo a autora, o por que qualquer teoria da política pública tem a necessidade de explicar as inter-relações que acontece entre Estado, Política, Economia e Sociedade, pois esses dois últimos sofrem grande repercussão das políticas públicas. Assim, para que ocorra de fato a implantação de políticas públicas é necessária uma boa gestão e uma boa estrutura governamental, de acordo com Rodrigues (2011, p. 24) a eficácia das políticas públicas “depende do grau de eficiência da gestão – o que, por sua vez, implica não apenas a qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas também um ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política”.

Essa inter-relação entre os agentes pode ocorrer em diversas áreas nas quais existe a atuação das políticas públicas, sendo elas assistência social, saúde, habitação, meio ambiente, cultura, segurança pública, saneamento e educação. Dando ênfase na primeira área citada, assistência social, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 203 estabeleceu que esta:

será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social e tem como objetivos: (...) V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal às pessoas portadoras de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Para Silva (2002) a assistência social é uma espécie do gênero da seguridade social, que foi o meio encontrado para ofertar aos “desvalidos em geral”, uma forma de existência digna, proporcionando o atendimento às necessidades básicas e mais urgentes da vida humana, para, desta forma, operacionalizar sua inclusão na sociedade. Neste contexto, as assistências sociais procuram manter sempre o seu serviço voltado à gratuidade e universalidade de seus projetos “isso significa que o serviço deve ser organizado de forma a atender indiscriminadamente todas as famílias do território de abrangência do CRAS, sem exigir nenhuma forma de pagamento ou contrapartida” (Brasil, 2012, p. 20).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), são funções da Assistência Social, i) garantir proteção social: prevenir/reduzir situações de risco social e pessoal; proteger pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, considerando a multidimensionalidade da pobreza; e criar medidas e possibilidades de socialização e inclusão social; ii) efetuar vigilância socioassistencial: monitorar as exclusões e riscos sociais da população; e assegurar direitos socioassistenciais (Brasil – MDS, 2005b).

No que tange aos principais marcos normativos e regulatórios da Assistência Social pode-se citar como base a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993 e modificada anos depois, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS em 2005, NOB-RH SUAS em 2006 e a mais recente NOB-SUAS- 2012) e por fim Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009. Assim, o Brasil desde 1980 vem consolidando a assistência social como política pública, mas somente em 2011, isso se concretizou com a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, na qual altera a LOAS e dispõe sobre a organização da Assistência Social.

No que tange a LOAS, Barbosa (2016, p. 6) afirma que:

além de estabelecer as competências das esferas do Governo no que tange a condução e financiamento da supracitada política, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), apresenta também as diretrizes da mesma, cuja descentralização políticoadministrativa ganha destaque. Também, no sentido de enfrentar situações de vulnerabilidade social, tem por objetivo assegurar projetos, programas, serviços e benefícios a quem necessitar. Cabe ressaltar que a LOAS, ao reafirmar a primazia estatal na garantia e universalização dos direitos e serviços sociais e afirmar a importância da participação popular nas instâncias de poder, torna-se um instrumento importante na defesa dos direitos sociais dos cidadãos.

Vistos como referências, cabe destaque a PNAS e o SUAS. Couto (2009), afirma que a PNAS se apresentou como importante marco na consolidação de todos os trabalhos desenvolvimento anteriormente, pois foi devido a sua publicação que no ano de 2005, foi criado o Sistema Único de Assistência Social. Ainda, é necessário destacar que foi através da PNAS que houve a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS que “tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio

do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (MDS, 2009), e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CRESES, os quais ofertam serviços especializados e continuados as famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, etc) (MDS, 2009).

Assim, avaliar os impactos e conhecimentos da Política de Assistência Social na vida dos cidadãos é condição igualmente importante em função da escassez de conhecimento e dados referentes à população que recorre a Assistência Social para satisfazer suas demandas histórica e socialmente produzidas, pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (Yasbek, 2004, p. 22).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os enquadramentos metodológicos são parte importante na pesquisa científica, pois nesta etapa apresenta-se a forma como serão percorridos os caminhos a fim de obter as respostas para o problema de pesquisa (Raupp & Beuren, 2014). É neste momento que o pesquisador estabelece os meios técnicos de investigação que irá adotar.

Quanto à abordagem em relação aos objetivos do estudo, a presente pesquisa enquadra-se como descritiva. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. Neste sentido, a presente pesquisa busca descrever qual o nível de conhecimento da população sobre políticas públicas de assistência social.

No que tange ao enquadramento quanto à abordagem do problema, o estudo se classifica como uma pesquisa qualitativa. Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as conseqüências.

No decorrer da pesquisa, algumas técnicas para coleta de dados são utilizadas. Para Lakatos e Marconi (2001) estas técnicas correspondem à parte prática da coleta de dados, sendo um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência. A pesquisa ainda classifica-se como uma pesquisa de campo, segundo Gonsalves (2001, p. 67) este tipo de pesquisa “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto”.

A tipologia desta pesquisa no que tange aos procedimentos enquadra-se em levantamento ou *survey*. De acordo com Gil (2010), este tipo de procedimento se caracteriza pela interrogação, de forma direta, dos indivíduos cujo comportamento se deseja conhecer, para que, posteriormente, mediante análise quantitativa, seja possível obter conclusões correspondentes aos dados coletados. Neste presente artigo, foi utilizado como instrumento para coleta de dados um questionário, Marconi e Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”.

O instrumento contou com acerca de 10 (dez) questões específicas sobre o tema abordado, onde nas elaborações, o objetivo procurado nas perguntas foi sobre o conhecimento e a clareza na qual está implícita as políticas públicas, com enfoque principal nas assistências sociais, investigando qual a ciência e o acesso das pessoas à elas. Foi aplicado um questionário, via whatsapp, entre os dias , 11 (onze) de novembro a 18 (dezoito) de novembro do ano de 2018, a 34 (trinta e quatro) pessoas, de variadas classes sociais, sexo e idade, com propósito de maior diversidade em relações às respostas. Logo, após a coleta de dados, as respostas foram encaminhadas para a análise, onde foram digitalizadas e transcritas, e feita uma análise descritiva das mesmas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados, parte muito importante de um artigo científico, conta com a interação com populares, para obter respostas de perguntas relacionadas ao tema escolhido, neste, políticas públicas de assistências sociais, que corroboram em grande parte com o conhecimento e aprimoramento do assunto, na qual procurou ter ciência de como as pessoas estão adentro de assuntos que norteiam o seu dia-a-dia e que tem grande importância o seu conhecimento sobre o mesmo.

Foi realizado uma análise descritiva dos dados obtidos, com o intuito de obter uma visão geral do assunto e dar um ponto de partida para futuras pesquisas acerca do tema abordado. A partir dos dados coletados observa-se certo equilíbrio no resultado do questionário quanto ao gênero dos respondentes, a pesquisa teve a contribuição de 52,9% de indivíduos do sexo feminino e 47,1% de indivíduos do sexo masculino. Com base nas informações adquiridas, no quesito faixa etária, houve um maior percentual entre os respondentes com idade entre 20 a 59 anos, cerca de 58,8% da amostra, seguidos da faixa etária 19 anos ou menos, com 38,2%, e com apenas 2,9% apresentaram ter 60 anos ou mais.

A seguir são abordados as análises descritivas do assunto central desta pesquisa. Para fins de visualização, as informações são apresentadas levando como base as três faixa etárias abordadas no parágrafo anterior. A Tabela 1 apresenta os dados obtidos com as questões 1 e 2 do questionário.

QUESTÃO	FAIXA ETÁRIA			
		19 OU MENOS	20 À 59	60 OU MAIS
Você sabe o que é política pública?	SIM	32%	41%	0%
	NÃO	6%	18%	3%
Você conhece todas as políticas públicas do nosso país?	SIM	0%	9%	3%
	NÃO	38%	50%	0%

Tabela 1 – Conhecimento sobre políticas públicas
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Dos indivíduos que colaboraram, pode-se observar de acordo com a Tabela 1 que grande parte, cerca de 73% responderam que sabiam o que são políticas públicas, ou seja, possuem certa idéia do que é, estudaram sobre ou ouviram falar seu conceito, já em contra partida, 27% disseram que desconheciam o termo. Mesmo assim, os participantes mostram um resultado que chama a atenção, deixando explícita a falta de informações e reconhecimentos de seus direitos quando 88% afirmaram que não conhece as políticas públicas aplicadas em nosso país, sendo que apenas 12% estão cientes das mesmas, o que vem de encontro com o que Yasbek (2004), segundo o autor é muito escasso o conhecimento de populares que procuram informações ou obter conhecimento sobre os assuntos relacionados com as assistências sociais.

Em seguida, foi questionado aos entrevistados sobre o funcionamento e divulgação das políticas públicas, a Tabela 2 apresenta os dados obtidos nestas questões.

QUESTÃO	FAIXA ETÁRIA			
		19 OU MENOS	20 À 59	60 OU MAIS
As políticas públicas funcionam em nosso país?	SIM	15%	12%	0%
	NÃO	24%	46%	3%
Políticas públicas deveriam ser mais divulgadas?	SIM	38%	53%	3%
	NÃO	0%	6%	0%

Tabela 2 – Funcionamento e divulgação das políticas públicas
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Saber se posicionar diante das atitudes do sistema é de extrema importância pelos indivíduos, por meio dos dados apurados é possível observar que os participantes afirmaram que não acreditam no funcionamento das políticas públicas no País, sendo 73%, por outro lado 27% afirmaram acreditar que as políticas públicas funcionam no país. Os esclarecimentos dos direitos da população são de responsabilidade do Estado, sobretudo utilizando os diversos meios de comunicações existentes, conforme os dados obtidos 94,1% apoia a maior divulgação sobre as políticas públicas, enquanto apenas 5,9% discordam, onde corrobora Yasbek (2004) ao dizer que o termo ainda não é muito divulgado.

Pela fins de curiosidade, os entrevistados foram questionados quanto ao conhecimento do termo assistencialismo. Sabe-se que o assistencialismo muitas vezes acaba sendo confundido com assistência social, porém, o primeiro acarreta a oferta de atenção como uma “ajuda”, submete a uma doação, acarretando um valor de “gratidão” (Sposati, 1995), o segundo conforme abordado no referencial teórico deste estudo, refere-se a uma política pública prevista na Constituição Federal e direito de cidadãos e cidadãs. A Tabela 3 apresenta o resultado deste questionamento.

QUESTÃO	FAIXA ETÁRIA			
	19 OU MENOS	20 À 59	60 OU MAIS	
Conhece o termo “assistencialismo”?	SIM	29%	41%	0%
	NÃO	9%	18%	3%

Tabela 3 – Assistencialismo
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em prol do assunto, uma das questões elaboradas para envio ao público foi se conhecem esse termo, neste âmbito as respostas obtidas foram de que 70% conhecem, sabem dizer o que é assistencialismo, porém, um terço da amostra afirmaram que o tema não faz parte de seus conhecimentos obtidos.

QUESTÃO	FAIXA ETÁRIA			
	19 OU MENOS	20 À 59	60 OU MAIS	
Utiliza de algum sistema de assistência social?	SIM	33%	25%	3%
	NÃO	6%	33%	0%
Assistências sociais são eficazes?	SIM	20%	27%	3%
	NÃO	17%	33%	0%

Tabela 4 – Sistema e Eficácia da Assistência Social
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Como no país pode-se considerar que há uma ampla área de assistências sociais, uma das perguntas selecionadas para o questionário foi para termos ciência qual a porcentagem de população que utiliza de algum desses benefícios proposto pelo governo, os resultados obtidos e analisados foram de que há um certo balanço de equilíbrio na população, onde 61% afirmam utilizar de algum sistema de assistência social, como SUS, Bolsa Família, entre outros e, 39% dizem não utilizar de nenhum desses recursos.

Com engajamento na questão anterior, foi aproveitado dos indivíduos as respostas se utilizam ou não de algum sistema de assistência social, para já dizerem também, na próxima questão, se acreditam que as assistências sociais são eficazes no país, com isto, das 34 pessoas na qual o questionário foi destinado e respondido, 17 afirmam que são eficazes e os outros 17 afirmam não ser eficaz, tendo assim uma porcentagem de 50% para ambos os lados.

Como um assunto bem conhecido, mas sem muita divulgação, as assistências sociais têm um impacto grande na vida daqueles que às procuram e conhecem, com isto, todos temos direitos perante à elas, a questão selecionada foi para saber se todos têm ciência de seus direitos perante às políticas públicas, os resultados obtidos foram de que 85,3% não conhece todos seus direitos, já 14,7% diz estar ciente de seus direitos.

Por fim, foi questionado quanto ao conhecimento dos respondentes no que tange a Lei Orgânica de Assistência Social, a Tabela 5 apresenta os dados obtidos nesta questão.

QUESTÃO	FAIXA ETÁRIA			
		19 OU MENOS	20 À 59	60 OU MAIS
Você tem conhecimento sobre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)?	SIM	3%	15%	0%
	NÃO	35%	44%	3%

Tabela 5 – Lei Orgânica de Assistência Social
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Lei orgânica de Assistência Social (LOAS) foi criada no Brasil em 1993, com vistas a enfrentar situações de vulnerabilidade social, tem por objetivo assegurar projetos, programas, serviços e benefícios a quem necessitar. Neste contexto, a última questão selecionada, procurou saber se existe conhecimento da população perante essa lei, porém, os dados mostraram que 82% afirmaram não conhecer tal legislação, e somente 18% dizem conhecer a referida Lei.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estudo pôde possibilitar uma breve análise de como as políticas públicas e as assistências sociais afetam de modo geral a vida de populares. Além disso, permitiu também que pudesse ser realizada pesquisas direcionadas às pessoas para que fossem observadas o grau de conhecimento sobre o assunto em diversas faixa etária.

A ciência das pessoas sobre as políticas públicas de assistências sociais infelizmente é baixa, nem todos conhecem e estão adentro de todos os seus direitos como cidadãos, com a aplicação do questionário a qual foi direcionado a pessoas de diversas idades e sexo, isso pôde ser comprovado, como demonstrado na análise e, em contra partida, pessoas que conhecem e tem ciência sobre o assunto, acreditam ser eficazes os sistemas propostos pelas assistências sociais, em específico o Programa Bolsa Família, onde muitos pesquisados afirmam que o mesmo teve um grande empenho para que muitos brasileiros pudessem abandonar a situação de miséria.

O fato do assunto não ser muito divulgado, pode justificar a falta de acessibilidade por alguns indivíduos, pois não tendo conhecimento sobre tudo aquilo que lhe é proposto de forma gratuita e de todos os seus direitos, o que pode justificar o fato de pessoas menos favorecidas não terem ainda buscado por meios acessíveis de estruturas básicas propostos pelo governo.

Tornar assuntos públicos mais acessíveis a diversas pessoas, faz com que de certa forma o país tenha uma população mais justa e ciente de seus deveres e direitos. Outro assunto onde pôde ser concluído e que ainda não é conhecido, porém não inédito, é a criação e promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que favorece as pessoas a ter direito ao Benefício Assistencial, sendo eles direcionados à idosos ou portadores de necessidades, tanto físicas quanto psicológicas, onde recebem um valor benéfico como auxílio.

Assim, políticas públicas de assistências sociais, trata-se de um tema muito relevante, porém ainda muito desconhecido. Desta forma, como estudado pôde-se assim trazer uma certa e razoável noção a muitas pessoas para que possam buscar não somente para si próprio, mas para aqueles que ainda não conhecem e que precisam de ajudas, tornar um direito de todos mais acessível faz com que um país possa se desenvolver consideravelmente e que tenha cidadãos com uma vida realmente digna.

Desta forma, os objetivos, tanto o geral como os específicos pôde ser atingidos com sucesso, onde, durante o estudo foram distinguidos os termos de assistências sociais e assistencialismo, possibilitou também a divulgações de maiores informações sobre a Lei Orgânica da Assistência

Social (LOAS) e como as assistências sociais são regionalizadas, com o desfecho de como a criação das assistências sociais pôde auxiliar muitos brasileiros a saírem da situação de miséria.

REFERÊNCIAS

- Avritzer, L. (2010). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Barbosa, A. C. (2016). Reflexões Sobre a Política de Assistência Social Brasileira: Assistencialismo, Política Social e Cidadania. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Org. CRESS-MG. Belo Horizonte – Minas Gerais.
- CGU - Controladoria-Geral da União. (2012). Programa Bolsa Família Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família. *Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas*. Brasília.
- Couto, B. R. (2009). O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*, 205-217.
- Demo, P.. (2003). *Educar pela pesquisa*. 6. Ed. Campinas: Autores Associados.
- Draibe, S. M.. (1997). Uma nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE, Vol. 11, n. 4.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Koga, D.; Nakano, K. (2005). Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: ABONG NAS CONFERÊNCIAS 2005 – Criança e Adolescente, Assistência Social. Brasília.
- Lajús, M. L. De S. (2009). A política pública de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social–SUAS. *Revista Cadernos do Ceom*, 22(30), 165-178.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A.. (2001). *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A.. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Lambertucci, A. R.. (2009). A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.
- Mauriel, A. P. O. (2010). Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. V. 13, n. 2.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientação Técnicas*. Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília.
- Mestriner, M. L. (2001). *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. Ed. São Paulo: Cortez.
- Rua, M. das G.. (2009). *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC.
- Rodrigues, M. M. (2011). *Assumpção*. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha.
- Secchi, L.. (2012). *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. São Paulo: CENGAGE Learning.
- Silva, R. O. da.. (2002). *Teorias da Administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Souza, C.. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias [online]*.
- Sposati, A.. (1988). *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo, Cortez.

- Sposati, A. de O.. (1995). A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 6ª ed. São Paulo: Cortez.
- Sposati, A.. (2011). A menina Loas: um processo de construção da assistência social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Raupp, F. M, & Beuren, I. M. (2014). Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: Beuren, I. M. (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, M. M. (2011). Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha.
- Yazbek, M. C. (2004). As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS: In Serviço Social e Sociedade n° 77.